

O PROJETO INCLUSÃO EM FOCO: PASSOS À CONTEXTUALIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL

Regina Kelly dos Santos ¹

RESUMO

A formulação de políticas públicas que norteiem ações inclusivas é uma importante conquista para eliminação de barreiras excludentes que ainda persistem na sociedade. O presente trabalho é um recorte da pesquisa da monografia de especialização, defendida na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) em 2018. Tem como objetivos apresentar o Projeto “Inclusão em Foco”, observando sua operacionalização enquanto proposta de política de Educação Inclusiva e analisar o projeto “Inclusão em Foco” sob a ótica do ciclo de políticas de Stephen Ball. O percurso metodológico versa sobre uma pesquisa de campo na qual se realiza no município de Serra do Mel/RN. Para além da proposta de análise do Ciclo de Políticas, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com autores que discutem as políticas públicas e a Educação Inclusiva, tais como Ball e Mainardes (2011), Mainardes (2006), Omote (2006), Denari (2006; 2018). Evidencia-se que uma política pública toma proporção maior quando os atores envolvidos identificam o problema e unem-se para a resolução do mesmo, buscando parcerias e alternativas para tal efetivação. Assim, uma contribuição do projeto Inclusão em Foco foi o de impulsionar práticas inclusivas nas escolas do município, proporcionando formações para que profissionais percebam a inclusão para além da sala de aula, sabendo que só a sensibilidade não resolve a situação e que o conhecimento se faz necessário para a prática docente.

Palavras-chave: Política Educacional, Atendimento Educacional Especializado, projeto Inclusão em Foco.

INTRODUÇÃO

A formulação de políticas públicas que norteiem ações inclusivas é uma importante conquista para que se busque diminuir as barreiras excludentes que ainda persistem na sociedade. Quando o assunto é a Educação, o olhar se torna ainda mais pertinente se considerar que existem inúmeras crianças e jovens que necessitam de políticas que assegurem a sua permanência nas escolas e no convívio social.

Na perspectiva de olhar para a Educação Inclusiva com sensibilidade e certo de que algo precisa ser feito no município de Serra do Mel/RN, que surgiu o Projeto “Inclusão em Foco”, no qual toma uma proporção maior a partir do momento em que se percebe o crescente número de crianças com deficiência diagnosticadas nas escolas do município (cerca de 30 crianças com diagnósticos), sem contar as crianças não diagnosticadas que estão nas escolas.

¹ Especialista em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, reginah_kelly@hotmail.com; Este trabalho foi orientado pela prof^a. Ma. Iasmin da Costa Marinho (FE – UERN).

Esta informação vem quando o grupo toma conhecimento, por meio do censo escolar, dos números de crianças com deficiência nas escolas municipais de Serra do Mel (RN).

O presente trabalho é um recorte da pesquisa da monografia de especialização, defendida na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) em 2018. Tem como objetivos apresentar o Projeto “Inclusão em Foco”, observando sua operacionalização enquanto proposta de política de Educação Inclusiva e analisar o projeto “Inclusão em Foco” sob a ótica do ciclo de políticas de Stephen Ball.

Salienta-se aqui a importância de Políticas Públicas que deem um suporte a ações inclusivas no âmbito educacional. É fundamental nesse processo o diálogo entre representantes do legislativo e a comunidade escolar para que sejam construídas em conjunto políticas que visem as demandas da sociedade, configurando-se, assim, um conflito de lutas políticas com interesses individuais e coletivos.

O trabalho em tela contempla-se a apresentação do Ciclo de Políticas Públicas sob a ótica de Stephen Ball, discutido, mediante a apresentação do projeto Inclusão em Foco, os passos realizados até o momento da realização da pesquisa. Também apresenta os estudos dos dados voltados às pesquisas realizadas no censo escolar sobre o ingresso de crianças com deficiência do município de Serra do Mel.

METODOLOGIA

O percurso metodológico versa sobre uma pesquisa de campo na qual se realiza no município de Serra do Mel/RN. A pesquisa conduz a avaliação do processo de formulação do projeto Inclusão em Foco sob a ótica do ciclo de políticas públicas de Stephen Ball, que se caracteriza como “[...] um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes” (BALL; MAINARDES, p. 33, 2011). A análise seguirá o modelo apresentado por Ball e Mainardes, que se segue:

Fig. 1: Ciclo de políticas de Stephen Ball



Fonte: Elaboração própria.

Cada parte do Ciclo de Políticas de Stephen Ball representa um movimento em prol da formulação da política pública, arraigado das lutas, debates e grupos de interesse que o circunda. O primeiro contexto de formação do Ciclo é o contexto da influência, o que de acordo com Mainardes (2006, p. 51) é

[...] onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. É nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado.

Nesse sentido, observa-se que o contexto da influência é fase de discussão do problema que se transformará em ação política. Portanto, a partir dessa arena de discussão, circulará os tramites entre os grupos decisórios e de interesse para a construção de uma proposta que legitime ou não certas posturas e discursos dos atores envolvidos. Nessa fase, as influências midiáticas e de outros atores de poder podem ser ainda mais fortes, impondo formas de se pensar e traduzir ideias políticas.

O contexto de influência tem uma relação simbiótica, porém, não evidente ou simples, com o segundo contexto, o contexto da produção de texto. Ao passo que o contexto de influência está frequentemente relacionado com interesses mais estreitos e ideologias dogmáticas, os textos políticos normalmente estão articulados com a linguagem do interesse público mais geral (MAINARDES, 2006, p. 52).

O segundo contexto de formação do ciclo é o da produção de texto. Nesse contexto, acontece a política materializada pela discussão formal ou informal dos políticos envolvidos nesse processo. Compreende-se que esta fase pode ou não ser coerente em suas proposições, visto que é fruto do debate e inserção de ideias do contexto de influência, e que, portanto, se materializa no documento pronunciamento das vozes políticas. É nessa fase que os textos se assumem como propostas para ganhar o gosto público e o alcance necessário de sua formulação.

O discurso que ganha a forma de uma proposta, seja por meio de um Projeto ou documento oficial e normativo, carrega consigo suas limitações. Trata-se de uma fase de dar corpo ao discurso político, o que nem sempre está afinado com as condições materiais existentes na prática, e representa visões conflitantes e nem sempre coerentes. Portanto, a prática não se caracteriza como implementação da política, mas, sim, das formas interpretativas e de recriação das propostas textuais apresentadas.

[...] os profissionais que atuam no contexto da prática [escolas, por exemplo] não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos, eles vêm com suas histórias, experiências, valores e propósitos (...). Políticas serão interpretadas diferentemente uma vez que histórias, experiências, valores, propósitos e interesses são diversos. A questão é que os autores dos textos políticos não podem controlar os significados de seus textos. Partes podem ser rejeitadas, selecionadas, ignoradas, deliberadamente mal-entendidas, réplicas podem ser superficiais etc. Além disso, interpretação é uma questão de disputa. Interpretações diferentes serão contestadas, uma vez que se relacionam com interesses diversos, uma ou outra interpretação predominará, embora desvios ou interpretações minoritárias possam ser importantes (BOWE et al., 1992, p. 22).

Tendo como base essas três fases do Ciclo de Políticas, compreende-se que para além de uma teoria de avaliação da política pública, o ciclo é uma forma de análise, e, portanto, uma proposta metodológica de observação e reconhecimento do desenho da política pública em ação e criação.

Para além da proposta de análise do Ciclo de Políticas, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com autores que discutem as políticas públicas e a Educação Inclusiva, tais como Ball e Mainardes (2011), Mainardes (2006), Garcia (2013), Omote (2006), Denari (2006; 2018). Para efeitos de análise, foram estudados os documentos normativos que operam sobre a formulação do Projeto “Inclusão em Foco”, objeto desse estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A necessidade de construir um projeto que alcançasse as vozes gritantes dos sujeitos que lutam diariamente para que seus filhos/alunos com deficiência tenham seus direitos percebidos, foi o que impulsionou ainda mais a construção de um projeto inclusivo no município de Serra do Mel/RN.

Ball compreende a implementação como um processo de contextualização em que se insere a política pública entendido num ciclo de três fases: contexto da influência; contexto da produção do texto e contexto da prática. Este processo é mais complexo do que se imagina no papel, pois precisa perpassar a visão teórica explanada na elaboração, visando a uma realidade da qual foi pensada. É nesse momento que os envolvidos no processo encontram resistências individuais e coletivas diante da realização das ações. Por isso abordar o ciclo de Ball compreendendo que cada fase vivenciada precisa ser pensada, questionada e analisada.

Diante da análise do ciclo de política de Ball, o projeto Inclusão em Foco se apresenta em meio a lutas e a busca por uma formulação de uma política que atenda a necessidade da população do município de Serra do Mel/RN. A formulação de uma política inclusiva se

apresenta como um grito da população em que muitas crianças, pais e educadores sentem a necessidade do fortalecimento de ações fortalecedoras da inclusão, que até então precisam de uma atenção maior. Por isso que corroboramos com a ideia de Carvalho et al (2010, p. 08), pois os mesmos evidenciam essa formulação “[...] como um processo autônomo onde decisões cruciais são tomadas e não apenas implementadas”.

O percurso para se efetivar uma política pública até chegar à fase de contexto da prática é árduo. Nesse processo, surgirão inúmeros obstáculos, resistências, lutas de interesses políticos, o que pode influenciar em muitos aspectos na efetivação da política. Para Carvalho et al (2010, p. 12) “se o processo de planejar políticas públicas é complexo, mais complexo ainda é implementá-las de uma forma que agrade a todos”. Nesse contexto, “são muitos os exemplos brasileiros de ‘leis que não pegam’, ‘programas que não vingam’ ou projetos de solução a problemas públicos que acabam sendo totalmente desvirtuados no momento da implementação” (BALL; MAINARDES, 2011, p. 45).

O contexto da produção do texto é um momento crucial onde os atores deste processo vivenciam os efeitos de intenções, elaboração e metas. Diante dessa perspectiva, se encontra o aprendizado que se relaciona com a articulação que foi sendo construída durante as etapas anteriores à fase da prática. A análise desta etapa conduz à possibilidade de pensar novas estratégias para que a política alcance a população a que se destina.

É importante a participação da sociedade na organização dos problemas encontrados para que a política tenha a voz também do povo e não apenas de achados de políticos e administradores do projeto. São processos de análises, reflexões, busca de alternativas e embasamento da realidade, tudo isso para que a política atenda a necessidade do povo. Diante disso, a pressa para a efetivação se delimitará, dando maior possibilidade de não se firmar.

O caso do município Serra do Mel/RN: estudo de dados

De acordo com os dados disponibilizados no censo escolar de 2017, o Sistema Educacional do município de Serra do Mel é composto por escolas municipais, estaduais e privadas, abrangendo cerca de 25 escolas. É válido ressaltar que Serra do Mel, em sua divisão geográfica, está dividida em 23 agrovilas. O total de escolas se espalha nessas vilas, uma à cada vila rural, sendo que as duas vilas centrais, localizada na zona urbana, são as únicas que se encontram com escola privada e escola estadual.

Os dados do Censo Escolar/INEP 2017, nas quais as matrículas escolares no município de Serra do Mel se encontram, observou-se que 31 estudantes apresentam alguma deficiência ou transtorno que aponte para as necessidades educativas especiais. O número

equivale aos alunos diagnosticados. Sabe-se que muitos são os alunos que se encontram em sala de aula sem o diagnóstico, ou por estarem em processo de identificação ou pela resistência da família. Ainda, conforme a Secretaria Municipal de Educação (SME), setor da Educação Especial, 17 desses alunos diagnosticados se encontram na zona rural. As deficiências diagnosticadas são: intelectuais, autismo e deficiências múltiplas, o que necessita de auxílio em sala de aula.

Nessa demanda de alunos direcionados à Educação Especial, surge a necessidade de uma Política de Inclusão no município para fortalecer, por meio de ações voltadas à sua realidade, a inclusão efetiva desses alunos em salas de aulas regulares. Se torna fundamental o olhar para as potencialidades de todos os alunos, atendendo não apenas uma parte, mas todos em suas singularidades.

No documento do Plano Municipal de Educação de Serra do Mel, aprovado em 2015, consta que o município não disponibiliza Atendimento Educacional Especializado (AEE), afirmando que se encontra em processo de implantação e/ou adequação das salas para o funcionamento do AEE. Contudo, o documento destaca que o serviço de atendimento especializado é realizado no município de maneira intersetorial por meio do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – e outros setores especializados (PME, 2015).

O município de Serra do Mel, por estar dividida em vilas, umas distantes das outras, dificulta a locomoção dos pais de crianças com deficiência para outro município a fim de buscar atendimentos especializados para seus filhos. Nesse tocante, observa-se mais um ponto importante para se pensar na formulação de uma Política Inclusiva que dê suporte ao trabalho inclusivo.

É preciso refletir diante da informação disponibilizada no PME (2015), considerando que estamos em 2018, que as salas de AEE ainda não foram concretizadas no município. No acompanhamento e monitoramento das metas e objetivos do PME (2015), observa-se a relevância da formulação de uma Política Educacional de Inclusão, principalmente no que diz respeito ao Atendimento Educacional Especializado. Sendo este de fundamental importância para que pais, professores, auxiliares, integrem-se visando melhor acompanhamento e desenvolvimento da criança com deficiência no âmbito social e educacional.

A partir da análise do Censo Escolar, percebe-se que de 2015 a 2017, o índice de matrículas na modalidade da educação especial, no Rio Grande do Norte e, em especial, no município de Serra do Mel/RN são dados preocupantes, conforme conta no quadro a seguir.

Quadro 1: Matrículas dos alunos com deficiência (2015-2017)

ANO	RIO GRANDE DO NORTE	SERRA DO MEL
2015	Nenhuma matrícula	Nenhuma matrícula
2016	5 matrículas	Nenhuma matrícula
2017	26.952 matrículas	31 matrículas

Fonte: Censo Escolar/INEP

Na análise desses dados, percebe-se que mesmo após a aprovação do Plano Nacional Educação (Lei 13.005/2014), o Estado e o município constam no Censo com um número elevado de crianças com deficiência a partir do ano de 2017. No entanto, faz necessária a reflexão de que crianças com deficiência não passam a existir nas escolas apenas no ano em que está sendo evidenciado no Censo.

Cabe aqui realizar alguns questionamentos acerca dos dados apresentados. Alunos com deficiência não estudavam nos anos anteriores, principalmente nas classes comuns? Houve matrícula, mas não aconteceu a identificação de sua deficiência para que fosse trabalhado de acordo com sua necessidade? É importante retomar a discussão da trajetória histórica das pessoas com deficiência, o quanto já foi conquistado e o que ainda necessita se consolidar na sociedade e no âmbito educacional. É notável avanços educacionais, contudo, se torna necessário a busca por um ensino que alcance a todos, como está posto na Constituição de 1988. Há ainda a ausência do Estado nesse cenário.

A Educação Inclusiva se torna o ponto de chegada e de partida para a efetivação de práticas afirmativas, visto que a inclusão não se limita ao discurso teórico e retórico. A Educação de pessoas com deficiência é amparada pela Lei 13.146/15 fortalecendo ainda mais educação de pessoas com deficiência ao longo da vida. No art. 27 do capítulo IV da LBI, é assegurado e fortalecido esse direito.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

Para que esse sistema de ensino seja inclusivo, não se pode excluir a formação continuada e a idealização de práticas pedagógicas de inclusão no âmbito educacional, também não se pode esquecer do quão fundamental é assegurar esses direitos estabelecidos por lei. Uma Política de Inclusão no município de Serra do Mel se apresentaria como fortalecimento da lei nacional, garantindo não apenas o acesso, mas também a permanência ativa do aluno com deficiência no âmbito escolar.

O projeto Inclusão em Foco

Para muitos atores do cenário educativo, a inclusão constitui um desafio dificilmente concretizado por envolver custos de diversas naturezas e

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

problemas associados à gestão institucional e ao desempenho profissional. Essas dificuldades transformam-se em obstáculos ao desenvolvimento da inclusão escolar, inibindo a criação de projetos de inclusão ou desanimando as escolas que já o iniciaram e que tomam consciência da falta de capacidade e de recursos para enfrentar tal desafio. Tais fatos parecem coincidir com a experiência internacional em prol da inclusão escolar quando, erroneamente, se tem tentado responder por via da racionalidade técnica, à diversidade humana. Tal diversidade é vista como um problema que complica os processos de ensino e aprendizagem e não como uma característica *própria da e integrada nas* experiências cotidianas das pessoas. Cabe lembrar que tal entendimento representa, tipicamente, uma educação homogeneizadora e centrada na criação de um aluno em condição de deficiência (DENARI, 2008, p. 32).

Nesse tópico do trabalho, enunciam-se as questões estruturais que cercam a necessidade de uma política de Educação Inclusiva no município de Serra do Mel/RN. Ao observarmos os dados, revela-se também a dificuldade do âmbito da gestão educacional em transformar sua própria realidade, como Fátima Denari (2008) nos coloca que ações para a criação de um Projeto de inclusão quase sempre são inibidas pela falta de estrutura e investimento por parte do Poder Público, ou mesmo, perpassa a falta de ação em considerar a inclusão uma bandeira de luta a ser perseguida.

As primeiras conversas sobre um projeto inclusivo em Serra do Mel surgiram no ano de 2017, no entanto, o Projeto Inclusão em Foco tem sua origem no ano de 2018 e sua elaboração aconteceu no mês de fevereiro, em que foi realizada uma pesquisa na Secretaria Municipal de Educação – SME – para detectar a situação do município com relação às matrículas de alunos com deficiência nas escolas da Serra do Mel.

Essa pesquisa surge como procedimento para a formação da agenda para que possamos organizar os passos do projeto. É válido frisar que “todo e qualquer processo político começa quando um ou mais atores da sociedade identificam uma necessidade ou um problema, ou sentem que as ações do governo afetam negativamente algum segmento da sociedade” (CARVALHO *et al*, 2010, p. 04).

A percepção de que o tema inclusão era algo a ser discutido, trabalhado e fortalecido na prática foi o que norteou o projeto. Primeiro, que não existia, até então, um projeto inclusivo no município. Contudo, existe o PME, em que uma das metas é o funcionamento de salas de Atendimento Educacional Especializado, e isso também ficou claro nas conversas e pesquisas na secretaria e com profissionais da área da Educação. Segundo, que era – e ainda é – gritante a necessidade de projetos inclusivos no município que impulsionem ainda mais o que já consta nas Políticas Inclusivas Nacionais. Por isso, corroboramos com Bedaque (2015, p. 31) que ressalta que

Construir uma Educação Inclusiva não é uma ação unilateral, que depende do esforço de apenas um grupo. A ação inclusiva que provoca mudanças substanciais é um processo construído por muitas pessoas e, neste sentido, a colaboração é um conceito fundamental e sua prática pode fazer mudanças significativas no sistema educacional.

A busca por parceiros que trouxessem contribuição no projeto foi feita com instituições de Mossoró. Como em Serra do Mel não tem uma Instituição que desenvolva um trabalho com pessoas com deficiência na qual pudéssemos contar para parcerias, iniciamos ainda em fevereiro a busca por parcerias que viessem a somar. A Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas – DAIN – foi a primeira parceira a entrar nesta luta, mediado sempre pela professora Dra. Ana Lúcia Aguiar, que nos presenteou com a LBI Itinerante², que se apresenta nas cidades com palestras.

Em 14 de março de 2018, o vereador Thiago Freitas de Carvalho teve a primeira reunião com Ana Lúcia Aguiar para discutir sobre a temática específica que poderia ser discutida em Serra do Mel, e então ficou decidido que a V Roda de Estudos Itinerantes da Lei Brasileira de Inclusão discutiria em Serra do Mel o Transtorno do Espectro do Autismo, por ser um assunto que mesmo com as discussões em alta, tem muita gente que não sabe o que é o TEA, como desenvolver um trabalho com essas crianças em sala de aula. Enfim, era o tema que professores, pais e gestores poderiam estar conhecendo melhor. Em meados do mês de abril, foi definida a data da primeira ação do projeto Inclusão em Foco.

A partir da definição da data, em 30 de abril de 2018, o Grupo Inclusão em Foco teve a primeira reunião presencial na câmara dos vereadores com alguns dos integrantes que compõem a equipe do projeto. Nesta reunião, foi reiterado as ações que iria se realizar durante o projeto e reformulado as alternativas de divulgação da palestra, buscando alcançar a todos, para que tivesse participação ativa da comunidade geral.

A proposta do projeto e apresentação do I Encontro Municipal de Inclusão em Serra do Mel foi feita na Câmara dos vereadores, onde foi realizado o convite aos vereadores e exposto o motivo pelo qual o projeto surgiu, contribuições das ações para a Educação do município de Serra do Mel e as perspectivas futuras do projeto. Essa ação foi mediante o pronunciamento feito pelo Vereador Thiago Freitas e o ofício circular entregue a cada um no dia 05 de maio de 2018.

Em 25 de maio de 2018, foi realizada a primeira palestra com a temática: “Transtorno do espectro do autismo”, e na ocasião também foi realizada uma discussão sobre as Altas

² A LBI ITINERANTE é a modalidade da Roda de Estudos da Lei Brasileira de Inclusão, Lei Nº. 13.146/2015, nos municípios do Oeste Potiguar.

habilidades. A parceria com a DAIN, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e outras instituições foi realizada na Câmara dos vereadores e, devido à toda a divulgação, o resultado foi que teve mais de 300 pessoas participando da palestra, entre elas professores, pais, alunos, universitários, gestores e interessados no geral.

Após a finalização da primeira ação, a segunda já ficou acertada de que seria para trabalhar com professores e gestores do município, escola estadual e escolas municipais. Também contaríamos com a participação dos pais que tivessem interesse em conhecer melhor a deficiência do filho e quisessem conhecer mais sobre o assunto.

A segunda ação aconteceu um mês após a palestra, no dia 25 de junho de 2018, como uma formação continuada, com o tema “Formação continuada: conceitos e práticas em educação especial e inclusão”, realizada por profissionais de diversas instituições, como Diretoria de Apoio a Inclusão (DAIN/UERN), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Associação de Pais e Amigos dos Autistas de Mossoró e Região (AMOR), Centro Estadual de Capacitação de Educadores e Atendimento ao Surdo (CAS), Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV), Centro Regional De Educação Especial De Mossoró (CREEMOS). A formação aconteceu o dia todo, contando com oficinas e palestras relacionadas à Educação Especial e Inclusiva, abrangendo muitas deficiências e formações voltadas ao professor.

As oficinas foram conduzidas em três momentos. O primeiro, de conhecimento teórico, o segundo, pautado na prática em sala de aula, e o terceiro, realizado na parte final da formação com todas as apresentações das oficinas de acordo com a temática de cada grupo. Segue abaixo as temáticas abordadas na formação.

Quadro 2: Oficinas da formação continuada – conceitos e práticas em Educação Especial e Inclusão

1. Estratégias de identificação de alunos com altas habilidades/superdotação
2. Atendimento Educacional Especializado (AEE): Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
3. Adequações curriculares no cotidiano da escola Inclusiva
4. Deficiência visual: conceitos e práticas para a inclusão na escola
5. Deficiência Auditiva: português para surdos
6. Deficiência física: por uma aprendizagem para a prática
7. Brincando de aprender na perspectiva do autismo
8. LIBRAS Básico

Fonte: projeto inclusão em foco

A formação equivaleu a duas extras regências. Esta alternativa surgiu como acordo sugerido pela Secretária de Educação e foi bem aceito pelos professores da rede. É oportuno falar que a formulação de uma política causa conflitos políticos, interesses que não vão de

encontro com parte política, o que dificulta a execução da política no meio social. Há nesse processo, lutas e resistências, se apresentando conflitos internos e externos.

Por ser um projeto pensado a partir das demandas do município, é válido salientar que o objetivo principal para o momento é colocar em funcionamento as salas de recursos multifuncionais no município, pois se tornou desejo não apenas dos pais das crianças com deficiência, mas de professores e auxiliares de sala de aula, visto que o funcionamento imediato dessas salas dará um avanço nas perspectivas inclusivas, principalmente no desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas em salas de aulas e nas escolas. É oportuno pensar na união dos envolvidos na educação da criança. Para isso,

Desenvolver um sistema educacional que não seja fragmentado e promover um AEE sincronizado ao projeto da escola é um desafio para contribuir com mudanças significativas na efetiva participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência e necessidades específicas (BEDAQUE, 2015, p. 21).

O acompanhamento do AEE com as crianças com deficiência será de grande valia não apenas para os professores, mas é preciso ver que os pais terão próximos de casa um profissional especializado para fazer o acompanhamento de seus filhos, já que muitos não têm condições de pagar especialistas para tal fim.

No dia 07 de novembro de 2018, a equipe do projeto se reuniu para a discussão de alguns pontos importantes do primeiro ano de execução do projeto Inclusão em Foco, o que foi percebido durante a realização das primeiras ações. Com isso, também foi colocado em pauta alguns questionamentos para serem acordados e levados à reunião com a secretaria adjunta do município. A pauta da reunião é a abertura das salas de recursos multifuncionais do município o mais breve possível, para isso, foi feito o levantamento do que o município já tem e o que ainda precisa ser providenciado para o funcionamento da sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE – nas escolas polos do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ciclo de políticas de Stephen Ball se apresenta como um instrumento norteador para o entendimento da formulação de uma política pública, conforme foi identificado na pesquisa. Os caminhos e descaminhos encontrados diante de todo o processo de construção da política, conduzem os atores a tomar decisões e buscar estratégias que viabilizem a execução da política. Percebe-se, nesse processo, que as políticas inclusivas se apresentam como

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

fortalecimento para o âmbito social e educacional, contudo, se faz necessário o desvelamento na prática.

Evidencia-se ainda que uma política pública toma proporção maior quando os atores envolvidos identificam o problema e unem-se para a resolução do mesmo, buscando parcerias e alternativas para tal efetivação. Assim, uma contribuição do projeto Inclusão em Foco foi o de impulsionar práticas inclusivas nas escolas do município, proporcionando formações para que estes profissionais percebam a inclusão para além da sala de aula, sabendo também que só a sensibilidade não resolve a situação e que o conhecimento se faz necessário para a prática docente.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. MAINARDES, Jefferson. **Ciclo de Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2011, 288 p.

Bedaque, Selma Andrade de Paula. **Atendimento educacional especializado**. Mossoró, 2015.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>.

CARVALHO, Maria de Lourdes de. BARBOSA, Telma Regina da Costa Guimarães. SOARES, Jeferson Boechat. **Implementação de Política Pública: uma abordagem teórica e crítica**. 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/97020>>.

DENARI, Fátima Elisabeth. **Educação especial e inclusão escolar: das dimensões teóricas às ações práticas**. Revista @mbienteeducação. São Paulo. V. 1, n. 2, p. 31-39, ago./dez. 2008. Disponível em: <<http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/viewFile/587/552>>.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas 2003.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. VIEIRA, Sofia Lerche. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. 2 ed. rev. e atual. Fortaleza: edições Demócrito Rocha. 2002.

OMOTE, Sadão. **Inclusão e a questão das diferenças na educação**. Perspectiva. Florianópolis, v. 24, n. Especial, p. 251-272, jul.- dez. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10589>>.

QEDUC. Censo Serra do Mel/RN. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/cidade/4470-serra-do-mel/censo-escolar?year=2017&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=>>.